

**Relatório Trimestral PNAD
Segundo trimestre de 2024**

Versão completa

Relatório Trimestral da PNAD*

2º Trimestre de 2024

Made USP

16/08/2024

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

A PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é, atualmente, a principal pesquisa domiciliar brasileira, com periodicidade trimestral e realizada de forma contínua ao longo do ano. A PNAD Contínua é conduzida para produzir indicadores trimestrais sobre a população brasileira, incluindo características socioeconômicas e demográficas. Suas informações são cruciais para a formulação e avaliação de políticas públicas e seus resultados são amplamente utilizados por governos e pesquisadores, bem como pelo Made em suas pesquisas.

Reportamos nossas estatísticas com recortes a partir de várias facetas das desigualdades no Brasil: de gênero, de raça e regionais. As variáveis de gênero e de raça são informações autodeclaradas pela(o) entrevistada(o). Nós utilizamos duas categorias de raça: negros (que considera pretos e pardos) e brancos.

Reportamos as estatísticas comparativamente ao mesmo trimestre de 2023, bem como ao trimestre anterior (1º trimestre de 2024). Este relatório pretende ser informativo e, portanto, não busca discutir os motivos por trás de possíveis mudanças nos indicadores. O acesso às estatísticas e tabelas completas pode ser feito por meio de links disponibilizados no final do documento.

A PNAD Contínua divulgada em 15/08/2024 apresenta dados referentes ao 2º trimestre de 2024 - de abril a junho.

Mercado de Trabalho

Taxa de Participação

A taxa de participação refere-se ao percentual da população em idade de trabalhar que participa da força de trabalho¹. No 2º trimestre de 2024, a taxa de participação no mercado de trabalho de homens negros foi de 72.3% e a de homens brancos, 72.45%. Essa mesma taxa ficou em 54.2% para mulheres brancas e 51.32% para mulheres negras.

Em comparação com o trimestre anterior (1º trimestre de 2024), houve pouca variação na taxa de participação destes grupos. Isso também é verdade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (2º trimestre de

*Este relatório foi elaborado pelas pesquisadoras do Made Eslen Brito, Clara Brenck e os pesquisadores José Bergamin e Hiaman Santos.

¹A metodologia de cálculo desta taxa exclui da força de trabalho os que não procuram emprego nem estão trabalhando, como aposentados, donas de casa e estudantes.

2023), em que a registraram-se taxas de participação de 50.91% e 53.7%, para mulheres negras e brancas, respectivamente; e de cerca de 71.85% e 71.63% para homens brancos e negros.

Em relação às desigualdades regionais, percebemos grande variação na taxa de participação no mercado de trabalho por região do país. A região Nordeste é aquela que tem menor taxa de participação no mercado de trabalho, ficando em 54%, na média. Na região Nordeste, todos os grupos demográficos têm menor taxa de participação do que nas demais regiões. As regiões Centro-Oeste e Sul são as que apresentam maior taxa de participação no mercado de trabalho, de 68.1% e 66.07%, respectivamente. Tais valores também se mantiveram praticamente estáveis - 67.67% e 66.33%, respectivamente - quando comparados ao 1º trimestre de 2024 e - 67.46% e 65.77%, respectivamente - ao 2º trimestre de 2023 .

Figura 1: Taxa de Participação por Raça e Gênero

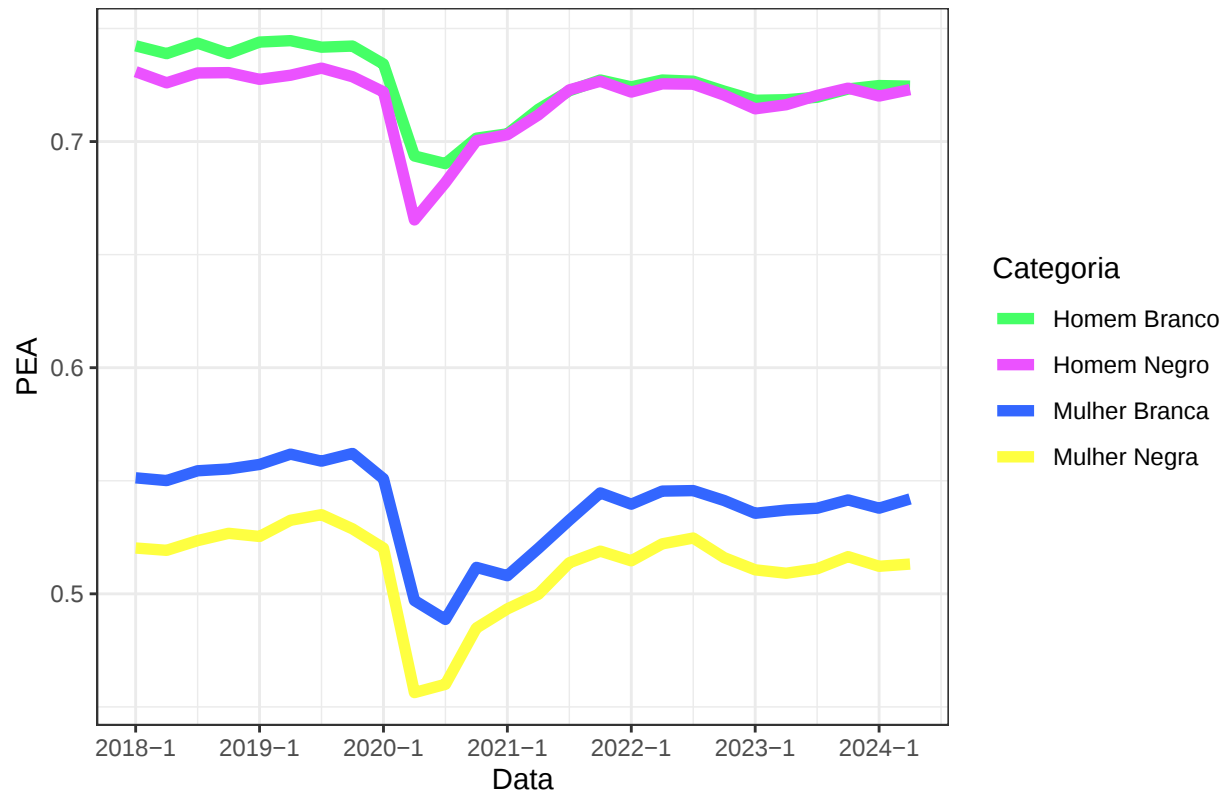
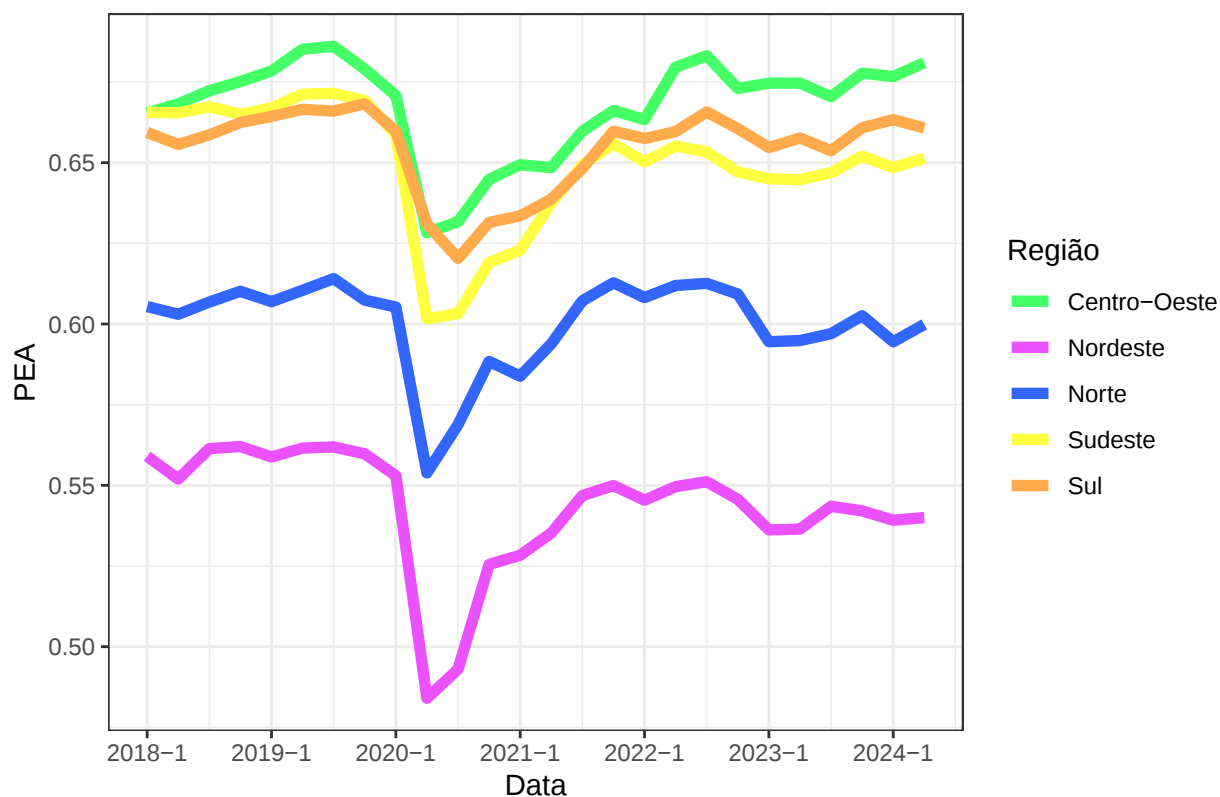


Figura 2: Taxa de Participação por Região



Emprego, desemprego e escolaridade

Ocupação

A taxa de desemprego nacional ficou em 6.9%. No trimestre passado, havia sido de 7.92% e de 8.04% no mesmo trimestre do ano anterior. Observamos que a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 10.13% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 6.61%. Os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 4.6%. Para os homens negros, a taxa foi de 6.35%. A categoria “Homem Branco” foi a que teve a maior taxa de emprego, enquanto a categoria “Mulher Negra” teve a menor.

Regionalmente, o desemprego também apresentou tendência de queda no 2º trimestre de 2024. A região Nordeste, registrou a maior taxa de desemprego de 9.43% (queda de -1.9 pontos percentuais nos últimos 12 meses). A menor taxa de desemprego foi registrada na região Sul, 4.66%, com recuo de -0.01 p.p. nos últimos 12 meses. Na região Norte, a taxa de desemprego registrada foi de 6.89% (queda de -1.25 p.p. nos últimos 12 meses). Na região Centro-Oeste, a taxa de desemprego medida foi de 5.42% (queda de -0.27 p.p. nos últimos 12 meses). Por fim, na região Sudeste, a taxa de desemprego registrada foi de 6.64% (queda de -1.29 p.p. em um ano).

Figura 3: Taxa de Ocupação por Raça e Gênero

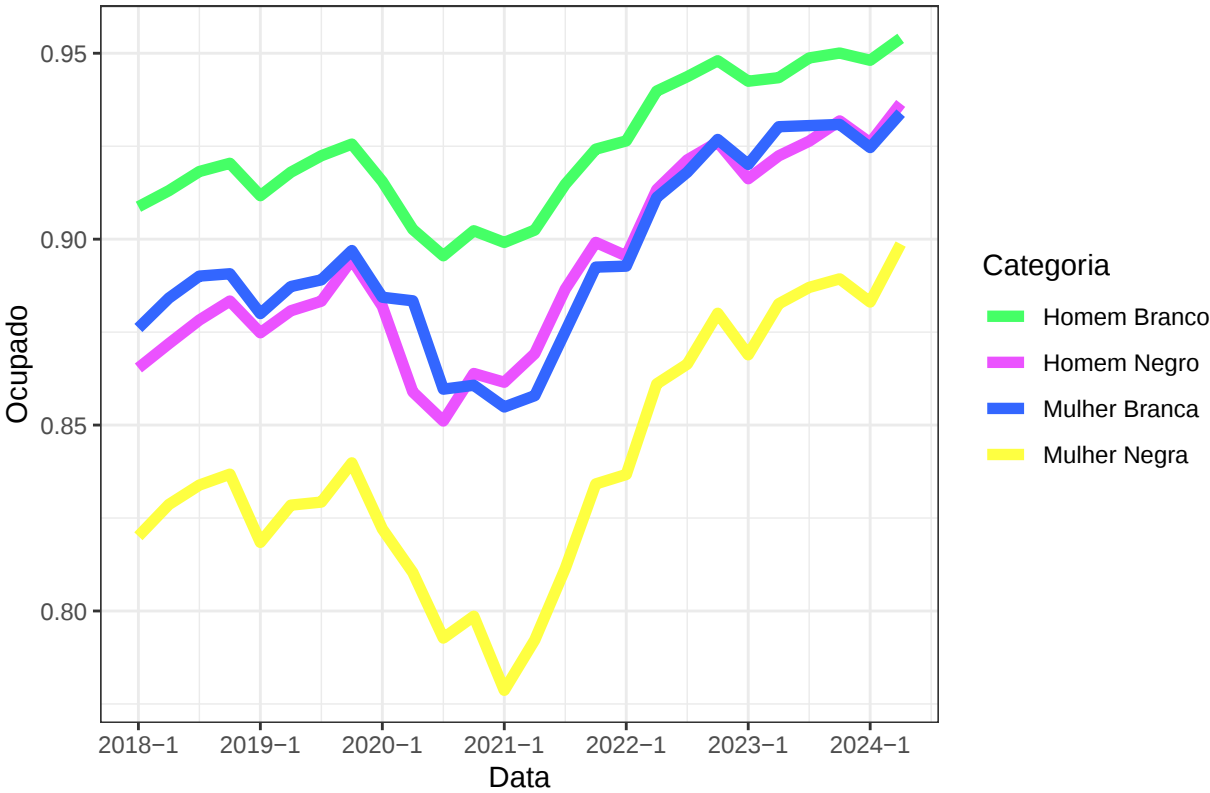
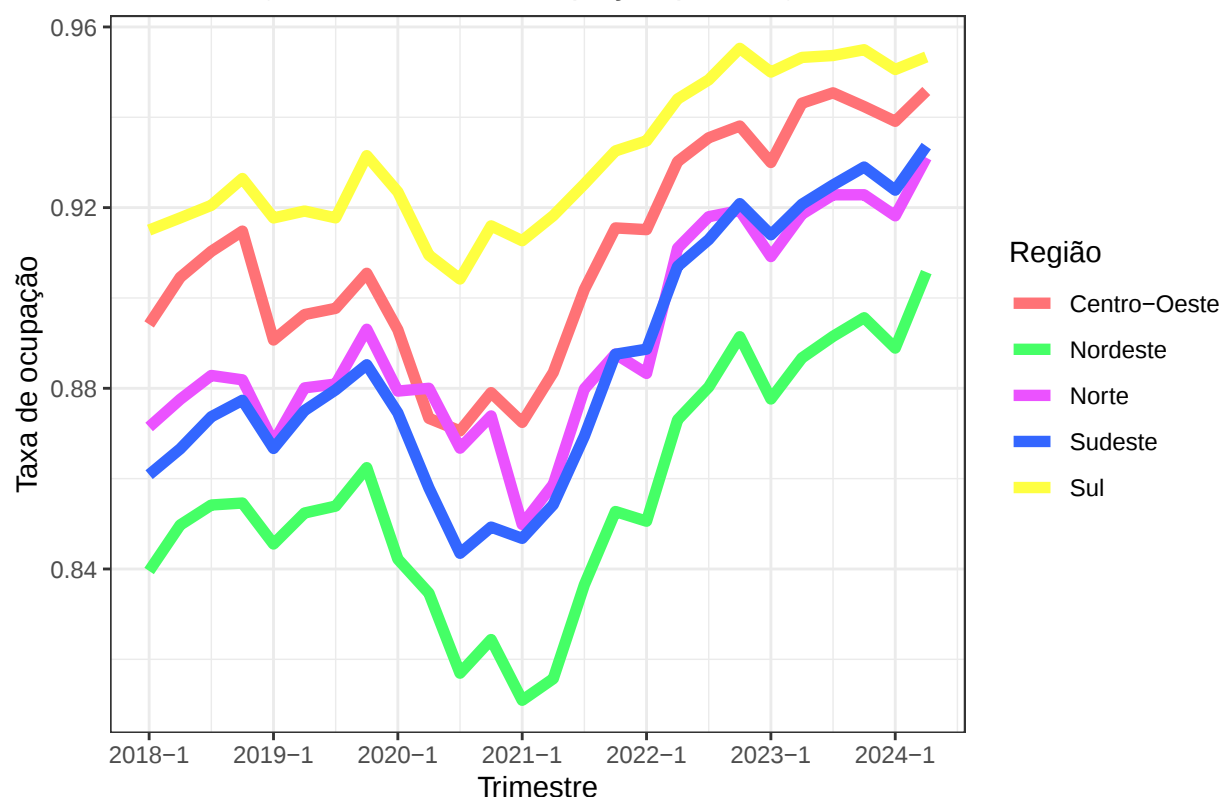


Figura 4: Taxa de Ocupação por Região



Informalidade

Neste relatório, reportamos estatísticas sobre a informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Definimos como informais os trabalhadores sem carteira de trabalho² e, dentre aqueles que se autodeclararam como autônomos, empregadores ou familiares auxiliares do lar, os trabalhadores que não contribuem para o sistema de previdência social (INSS)³. No 2º trimestre de 2024, a taxa de informalidade média calculada para o Brasil foi de 36.99%. Do ponto de vista regional, as regiões com maior taxa de informalidade foram Norte (50.38%) e Nordeste (49.59%). A região Sul registrou a menor taxa de trabalhadores informais (26.43%). No recorte de raça e gênero, observa-se maior informalidade na população negra. O grupo com maior proporção de trabalhadores informais foi a categoria “Homem Negro”, com 42.57%, seguido da categoria “Mulher Negra” (39.98%). As taxas de informalidade calculadas para as categorias “Homem Branco” e “Mulher Branca” foram de 32.17% e 0.3, respectivamente.

Subocupação

Reportamos as estatísticas de subocupação no mercado de trabalho. O intuito desse indicador é complementar o monitoramento do mercado de trabalho, para além da taxa de desocupação. Ela capta três informações principais, são elas: i) trabalhou habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, ii) preferia trabalhar mais horas do que as habitualmente trabalhadas e, iii) estava disponível para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

²Critério utilizado, por exemplo, por Barros, R.P. e Varandas, S. A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil. IPEA. 1987.

³Ver Kassouf, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. Economia Aplicada, v. 2, n. 2, p. 243-269, 1998

No 2º trimestre de 2024, a taxa de subocupação foi de 2.94% para os homens brancos e 5.26% para os homens negros. Já para as mulheres, tal taxa foi de 4.38% para as trabalhadoras brancas e 7.32% para as negras.

A região Nordeste foi a que apresentou maior taxa média de subocupação, de 9.3%, seguida pela Norte (5.99%), Sudeste (3.77%), Centro-Oeste (3.43%), e, por último, a região Sul, com 2.82% dos trabalhadores subocupados.

Emprego por setor

A ocupação por setores no Brasil também varia consideravelmente de acordo com a raça e o gênero. No 2º trimestre de 2024, a maioria dos homens negros (19.19%) estava alocada no setor de comércio. Seguem-se os setores de construção e de indústria, com 14.57% e 14.25% da alocação da força de trabalho de homens negros, respectivamente. No trimestre passado, indústria empregava mais homens negros que construção. Para homens brancos, o setor que mais emprega também é o comércio (19.87%), além da informação, com 15.64%, setor de indústria, que emprega 15.59%, e agropecuária, com 9.5%.

Para o total de mulheres brancas empregadas, 24.57% estão no setor de educação, 18.24% encontram-se no setor de comércio e 14.78% no setor de informação. Das mulheres negras, 21.17% estão alocadas no setor de educação, seguido do comércio, 18.17%, e serviços domésticos, com 15.61%. Nota-se que o setor de informação emprega mais brancos que negros e os serviços domésticos são majoritariamente exercidos por mulheres negras.

As composições em relação a gênero e raça dos setores para as diferentes regiões brasileiras apresentam algumas particularidades. Para as mulheres, os empregos setoriais são bem parecidos com os resultados gerais. No caso dos homens, também se sobressai a proporção de empregos no comércio, exceto no Sul, onde o setor que mais emprega os homens é a indústria.

Rendimento

Rendimento Efetivo e Habitual

Nesta seção apresentamos os rendimentos mensais dos trabalhadores em seu trabalho principal com recorte de raça e gênero. Os rendimentos são reportados em termos reais, isto é, deflacionados e a preços do ano de 2024.

O rendimento habitual mensal do trabalho principal consiste no rendimento recebido pelo trabalhador sem considerar acréscimos e descontos esporádicos. Já o rendimento efetivo mensal do trabalho principal inclui os pagamentos e descontos que não possuem caráter contínuo.

Os dados apontam que o rendimento habitual médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 3113.47 por mês no 2º trimestre de 2024. Para mulheres e homens brancos, foram registrados rendimentos habituais acima da média: de R\$ 3403.89/mês, para mulheres brancas; e de R\$ 4493.71/mês, para homens brancos. A renda habitual foi menor do que a média para os negros: de R\$ 2079.02/mês, para mulheres negras; e de R\$ 2610.34/mês, para homens negros.

Na média, o rendimento efetivo do brasileiro foi de R\$ 3144.89 mensais no 2º trimestre de 2024. Novamente, operam desigualdades de raça e gênero. Para mulheres brancas e homens brancos, registraram-se rendimentos efetivos de R\$ 3434.28/mês e R\$ 4557.09/mês, respectivamente, ou seja, acima da média nacional. Para mulheres negras e homens negros, o rendimento efetivo foi de R\$ 2091.16/mês e R\$ 2632.32/mês, respectivamente - abaixo da média geral.

Figura 5: Renda Efetiva por Raça e Gênero

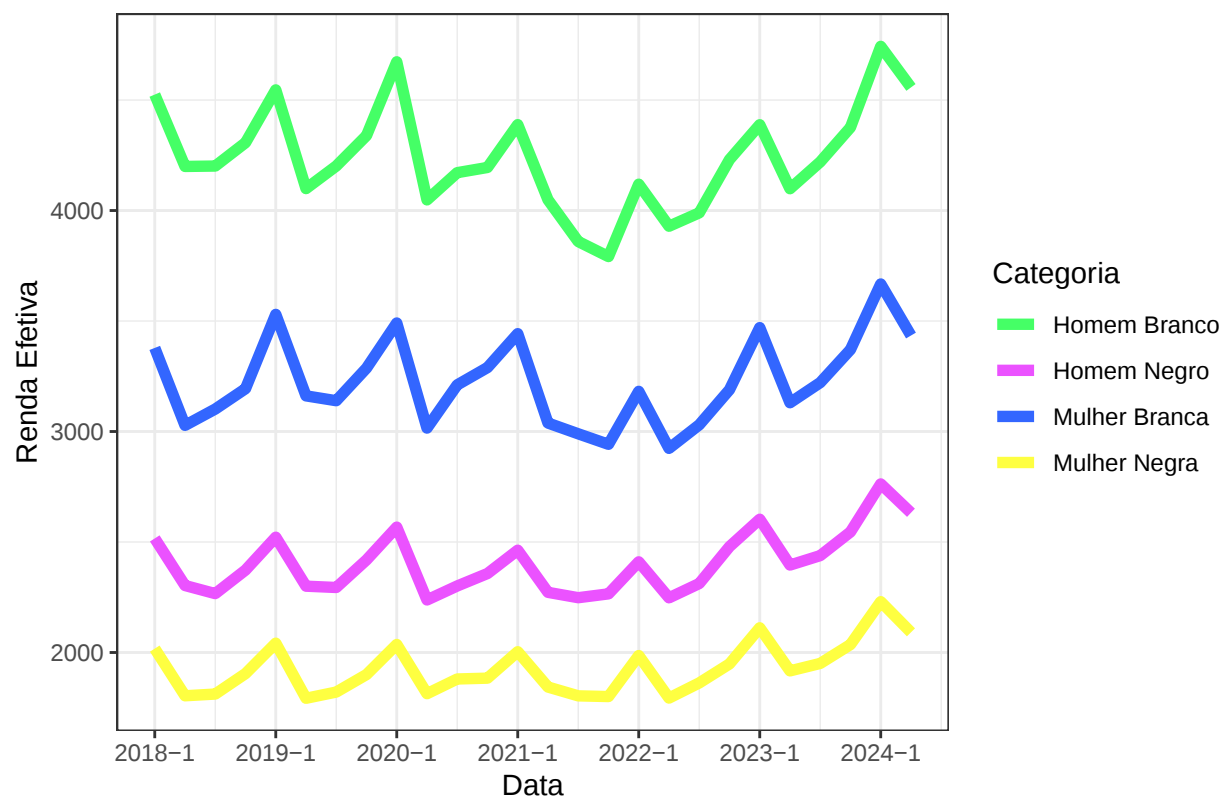
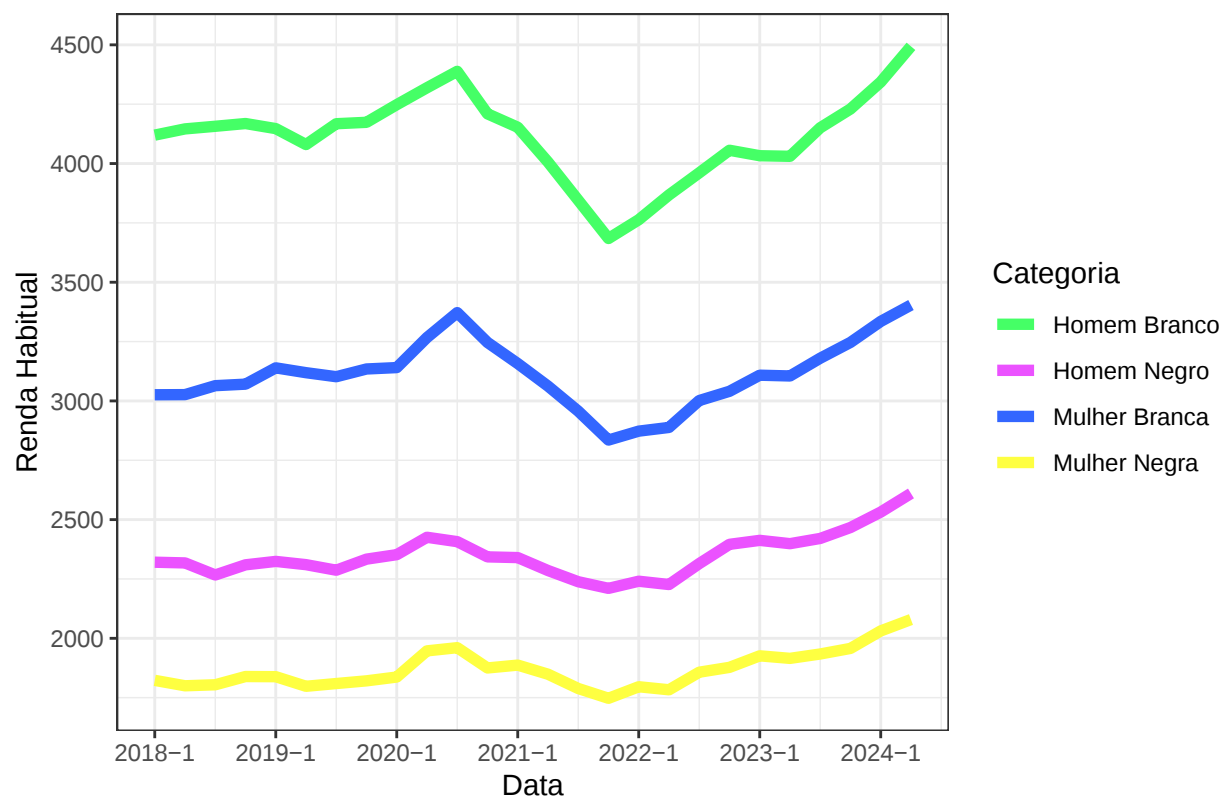


Figura 6: Renda Habitual por Raça e Gênero



Distribuição: Gini

O índice de Gini varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. Por exemplo, em uma situação hipotética em que o índice de Gini é igual a zero, todos os indivíduos de uma determinada sociedade possuem a mesma renda (igualdade). Já a outra situação hipotética extrema, com um índice igual a um, indica que somente uma pessoa detém toda a renda dessa economia⁴.

O índice de Gini dos rendimentos efetivos a nível nacional para o 2º trimestre de 2024 foi de 0.51. Esse índice aumentou comparativamente ao trimestre anterior e ao 2º trimestre de 2023⁵. O índice também aumentou para todas as desagregações que reportamos abaixo.

⁴Para o cálculo do índice de Gini, consideramos a renda que os trabalhadores efetivamente receberam, isto é, seu rendimento efetivo em todos os trabalhos.

⁵Por tratar-se de pesquisa amostral, a PNADc tem limitações na captura de rendas dos mais ricos, sobretudo rendimentos de capital. Ademais, a literatura documenta a existência de subnotificação de rendas provenientes de transferências governamentais, já que a PNAD não se pretende representativa apenas de quem recebe transferências de renda, conforme Souza, Osorio, & Soares 2011; e Souza, Osorio, Paiva, et al. 2019.

Figura 7: Índice de Gini por Raça e Gênero

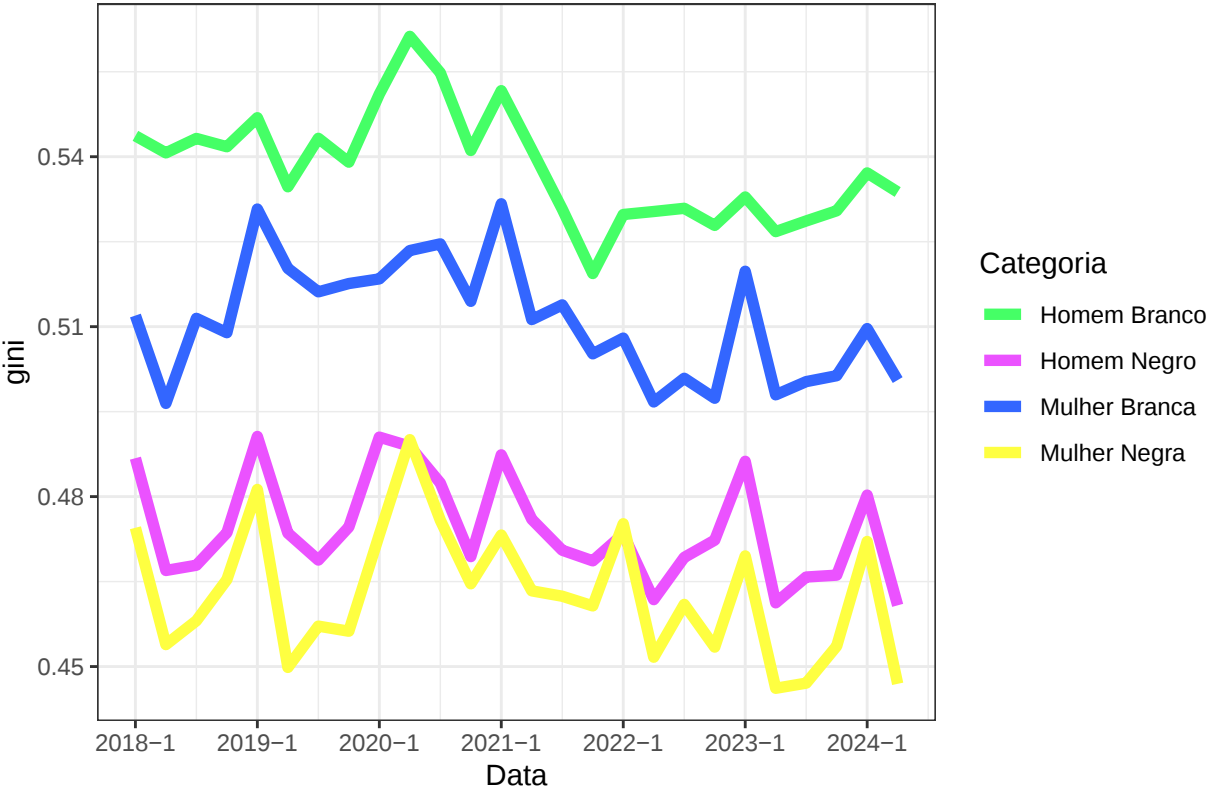
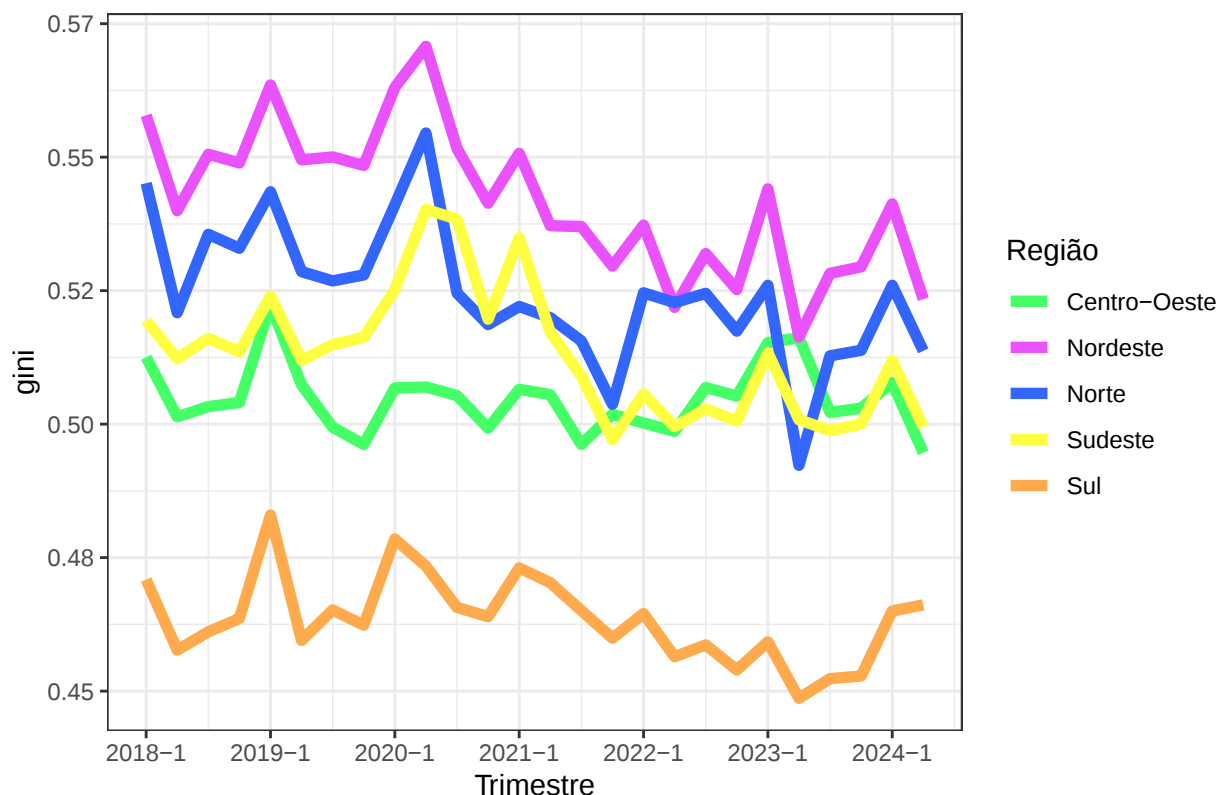


Figura 8: Índice de Gini por Região



Observamos que as regiões Nordeste e Norte apresentam desigualdade levemente maior do que a reportada para todo o território nacional no trimestre analisado, com índices de Gini iguais a e , respectivamente. Para as outras regiões, calcularam-se os seguintes índices de Gini: Centro-Oeste, ; Sudeste, ; e Sul, .

Em relação ao recorte de raça e gênero, calcularam-se os seguintes índices de Gini: para os homens brancos, 0.53; para os homens negros, 0.46; para as mulheres brancas, 0.5; e, para as mulheres negras, 0.45.

Percentis de renda

Outra forma de estudarmos a desigualdade de rendimentos, além do cálculo do Índice de Gini, é analisando os percentis de renda. Os percentis, decis e quantis são calculados ordenando a população de forma crescente a partir do nível de renda. Se uma economia possui 100 pessoas, por exemplo, ordenam-se essas pessoas por ordem de renda e divide-se a população em grupos com o mesmo número de pessoas. Se desejamos os quantis dessa economia, dividimos essas 100 pessoas em quatro grupos, cada grupo de tamanho igual, isto é, com 25 pessoas. Dito de outra maneira, para obter os quantis, a população é dividida em partes de 25% cada. Por exemplo: Q1 representa a renda que separa os 25% da população com menor renda dos demais, Q2 corresponde à renda que separa os 50% mais pobres e Q3 corresponde aos 75% mais pobres.

Além disso, os quantis podem ser subdivididos em mais segmentos, como é o caso dos decis, em que se divide a população em 10 grupos – cada grupo contendo 10% da população. Por fim, os dados ainda podem ser subdivididos em percentis, neste caso a população é dividida em centésimas partes, cada parte teria 1% dos dados.

Para calcular uma medida de distribuição de renda, obtemos a renda apropriada por cada um dos decis da distribuição de renda, juntamente com o último percentil, que é o valor equivalente ao 1% mais rico da população. Assim, encontramos o percentual da renda total do país que está nas mãos das pessoas em cada grupo de renda específico. Reportamos a participação de cada um dos quantis de renda na renda total do

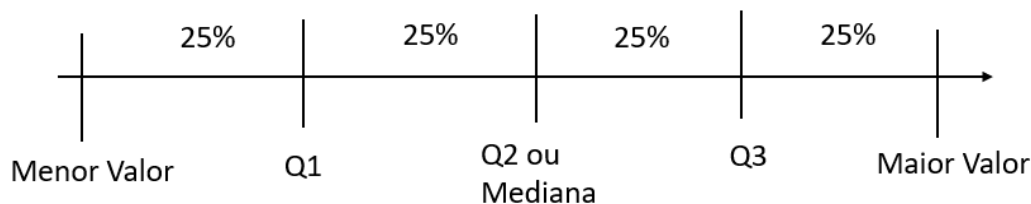


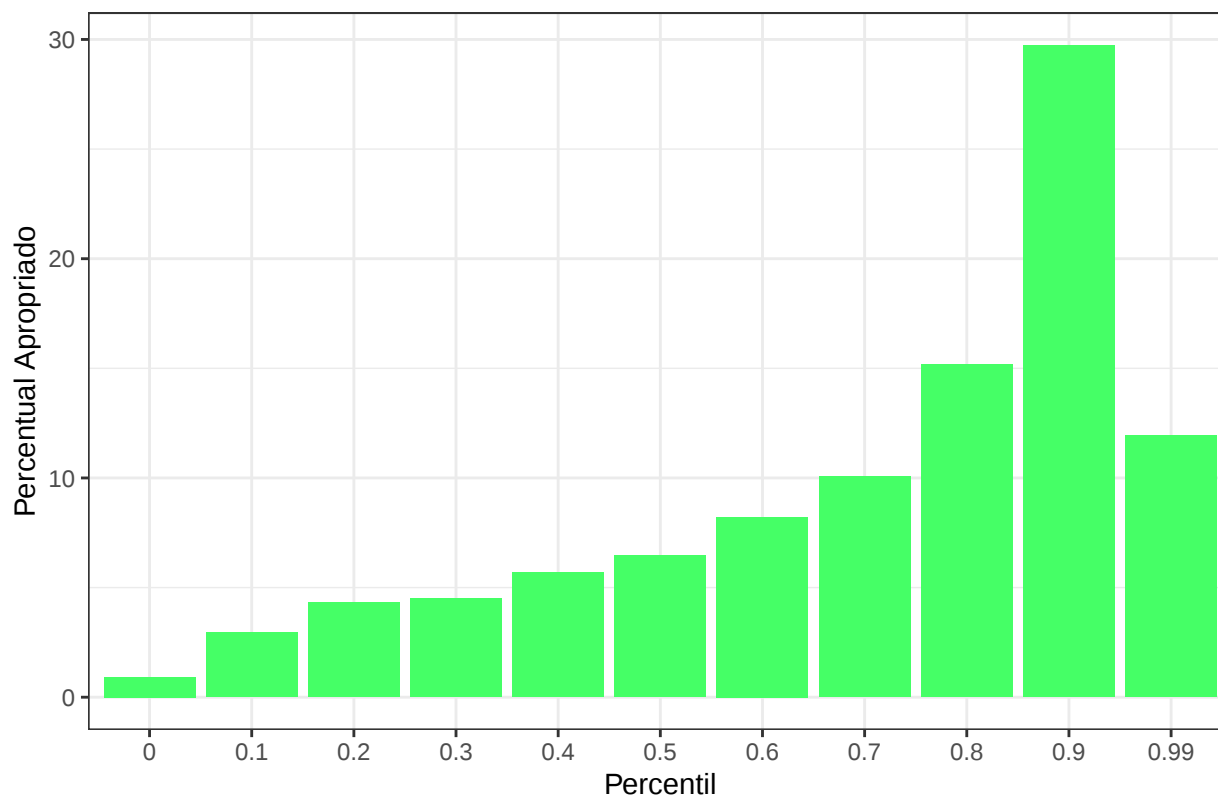
Figure 1: Separação de Dados em Quantis: Exemplo

país. Por exemplo, o último percentil (ou o 1% mais rico) apropriou-se de 11.93% da renda nacional, no terceiro trimestre de 2023. Esse número 0,23 p.p. maior que sua participação no trimestre anterior (11.7%).

A partir desses dados, podemos construir uma curva de Lorenz para o Brasil para o terceiro trimestre de 2023. Para construir a curva de Lorenz, acumulamos os dados reportados acima, da população e da renda: a curva mostra como a proporção da renda total aumenta em função da proporção da população (Hoffmann, 1998).

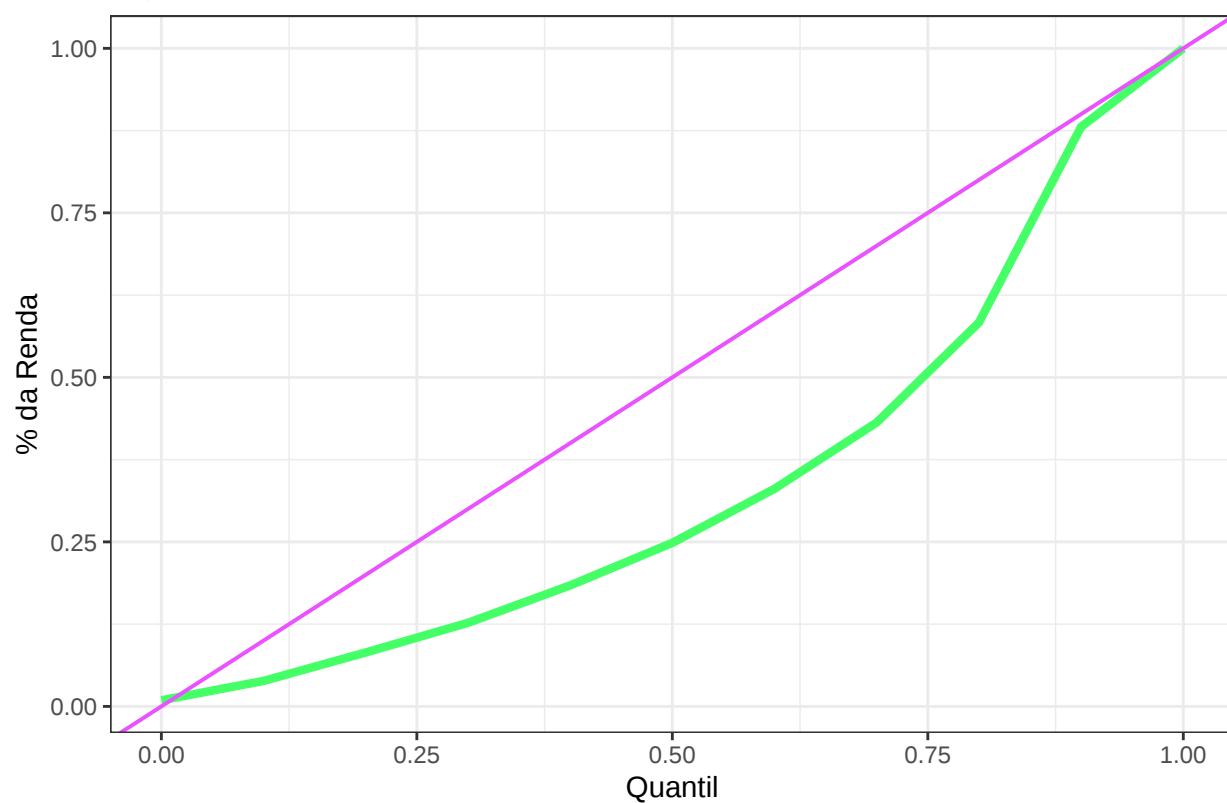
Na situação hipotética de total igualdade em que todas as pessoas possuem o mesmo rendimento efetivo, a curva de Lorenz da economia seria o segmento de reta desenhado no gráfico, que chamamos de linha de perfeita igualdade. Assim, quanto mais afastada dessa linha a curva de Lorenz de um país está, maior o grau de desigualdade de rendimentos. Por definição, o Índice de Gini é igual à razão entre: a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz, e a área total abaixo da linha de perfeita igualdade⁶.

Figura 9: Apropriação da Renda por Percentis



⁶ver Hoffmann, 1998.

Figura 10: Curva de Lorenz



Tabelas completas

Por fim, são disponibilizadas as tabelas com dados completos:

Tabela 1: Dados por Raça e Gênero

Tabela 2: Dados por Região

Tabela 3: Dados por Raça, Gênero e Região

Tabela 4: Dados para a média do Brasil

Tabela 5: Dados dos percentis de renda por decil e 1% mais rico

Dados e códigos

Os arquivos de código e dados extraídos da PNADc (IBGE, 2024) utilizados para gerar esta publicação trimestral estão disponíveis neste repositório no GitHub.